



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

COMUNICADO

e-mail: geral@ans.pt

Nº: 13/2005
Data: 23 AGO 05

A VIA CONSTRUTIVA EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR

Afinal, e conforme já vimos afirmando há muito tempo, existe um espaço de diálogo e economia de meios no seio da Instituição Militar. Prova disso é o facto de a Marinha, finalmente, reconhecer que também tem de cumprir a Lei e vai pagar o diferencial de 5 pontos indiciários devidos aos SAJ e 2SAR da Marinha e cujo pagamento vinha sendo reclamado pelos lesados, e pela ANS, para cumprimento da Lei. **O que só por si nos confirma que vale a pena lutar!**

No campo do cumprimento da Lei há e no contexto da Instituição Militar existe concerteza todo um espaço onde é possível, com espírito construtivo, dialogar e negociar a melhor forma de respeitar a Lei, consolidando e mesmo reforçando os escassos direitos adquiridos no âmbito da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Prova disso é a proposta avançada pela ANS na audiência com o Senhor ministro da Defesa Nacional no dia 14 de Junho para a **criação de uma Escola de Sargentos das Forças Armadas** que, fundindo três escolas conduziria à racionalização de recursos humanos e materiais, com evidente economia para o Tesouro Nacional.

Também nos serviços de Saúde Militar e da Assistência Social e na Doença há medidas passíveis de serem tomadas perseguindo o objectivo pretendido pelo Governo, consolidando-o com a melhoria da qualidade daqueles serviços e da prestação que os utentes, militares e seus familiares têm direito para poderem exercer a sua profissão.

Haja vontade de dialogar e de ouvir as propostas concretas e certamente com economia de meios conseguiremos fazer melhor com menos sem colocar em causa os escassos Direitos Adquiridos.

Este clima construtivo e de procura de soluções consensuais não é possível com a recusa sistemática ao diálogo com as associações militares como é o caso do Senhor Primeiro Ministro que se recusa a receber das mãos dos dirigentes associativos a Moção aprovada por cerca de 3 mil militares no Encontro de Almada.

Não é possível quando nos entregam *drafts de projectos de propostas* de diplomas para se elaborar o Parecer num dia e o Conselho de Ministros aprovar esses documentos no dia seguinte, negando às associações profissionais de militares os estudos que fundamentam as medidas e demonstram quantificando os impactos destas medidas no défice e no desenvolvimento das carreiras.

O diálogo é possível e desejável quando é sério, pretende encontrar soluções construtivas alternativas que produzam os mesmos efeitos e não numa base do quero posso e mando sem margem para as necessárias e possíveis alternativas.

Unidos, determinados e confiantes, a Justiça e a Razão prevalecerão!

Lisboa, 23 de Agosto de 2005
A Direcção